



# EDUCADORES HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ANÁLISE DOS CONTEXTOS NACIONAL E INTERNACIONAL A PARTIR DA LITERATURA CIENTÍFICA

Anna Isabelle Teles Farias <sup>1</sup>

Andréa Evelyn Viana Sampaio Targino de Almeida <sup>2</sup>

Ana Sofia Menezes Mendonça <sup>3</sup>

Carine Valéria Mendes dos Santos <sup>4</sup>

## INTRODUÇÃO

A inserção e presença de educadores homens na Educação Infantil (EI) vem sendo centro de pesquisas e debates, a refletir sobre os sistemas de ensino, nas mais diversas localidades. As discussões sobre o tema podem ser relacionadas a fatores e exigências que compõem o mundo contemporâneo, como as políticas de diversos segmentos voltadas ao equilíbrio de gênero nas relações de trabalho. No Brasil, entre os documentos de base vigentes na educação, temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) que demanda que a temática voltada à diversidade sexual e de gênero seja pauta de debates nas escolas, por meio da transversalidade, com o ímpeto de eliminar e prevenir qualquer categoria de discriminação. Além disso, conforme exposto por García et al. (2020), a LDBEN traz em seus pressupostos a concepção de criança como um cidadão de direitos, que produz cultura por meio da sua interação com o meio e com as relações estabelecidas entre os seus pares e com os adultos. Dessa forma, os debates sobre os educadores homens tornam-se imprescindíveis para que estereótipos de gênero não continuem a ser propagados, o que também poderia facilitar a abertura referente à participação dos homens nos anos escolares iniciais.

Seguindo estas premissas, problematizar a presença de homens em escolas de Educação Infantil, relaciona-se a um movimento de transformações nos paradigmas de gênero, em que discursos e ações são mobilizados visando a promoção da equidade e da igualdade de oportunidades e direitos e acessos entre homens e mulheres. Logo, é possível levantarmos a seguinte questão: de que forma as instituições de ensino em diferentes segmentos

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário CESMAC - AL, annateles221@gmail.com;

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário CESMAC - AL, contatosofiamendoca@gmail.com;

<sup>3</sup> Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário CESMAC - AL, andreatargino@gmail.com;

<sup>4</sup> Doutora e Mestre pelo Curso de Psicologia Clínica da Universidade de São Paulo - USP, carinevmendes@gmail.com.

educacionais estão acolhendo e promovendo inclusões e ajustes em prol do equilíbrio de gênero?

Os sistemas educacionais ao redor do mundo recorrem a diferentes processos para a formação e construção da educação básica. As políticas de equidade de gênero, voltadas à formação e à atuação de educadores, influenciam diretamente na presença dos professores homens em instituições de ensino infantil, bem como na percepção destes em relação à própria atuação profissional, e de toda a comunidade escolar. Observa-se que a ausência de esforços públicos e privados para que os homens sejam inseridos na Educação Infantil, reflete-se nitidamente em processos de exclusão naturalizados. Corroborando o que discute Saparolli (1997), o consentimento ou a aversão ao homem na EI segue a estrutura pedagógica proposta por cada instituição, quando a presença do educador é observada de um ponto de vista profissional, a abertura para ele estar inserido nesses locais de atuação será maior (SAPAROLLI, 1997).

Este cenário ressalta um embate atual acerca das masculinidades hegemônicas, conceito desenvolvido por Connell e Messerschmidt (1995). Segundo os autores, existiriam diferentes modalidades de masculinidade, as masculinidades hegemônicas estaria relacionada a um padrão de práticas normatizadas e normatizadoras, onde se constroem socialmente modelos mais ideais e legitimados de ser homem, o que também implica em formas de dominação em relação às mulheres e ao feminino. Connell e Messerschmidt (2013), em oposição às masculinidades hegemônicas, destacam também a existência de masculinidades subordinadas, que se afastariam desse modelo normatizador e estariam em posições de inferioridade em relação ao hegemonicamente instituído.

Se considerarmos os modelos de ser homem nas sociedades ocidentais, as representações e práticas a eles associadas, os educadores homens na EI estariam situados em um modelo de masculinidade subordinada, que poder ser desviante e inferior, pois se aproxima cada vez mais de práticas concernentes tradicionalmente às mulheres. Logo, o baixo salário, baixo prestígio e aspectos relacionados à feminilidade, em diversas nuances desse fazer pedagógico refletem, entre outros aspectos, na escassez de homens trabalhando neste segmento educacional e na desvalorização daqueles que conseguem se inserir nesse contexto.

Estabelecer comparações, compreender e problematizar as diferenças e semelhanças que compõem este cenário, além da maneira como os homens se percebem e são percebidos neste ambiente educacional, possibilita a construção de uma Educação Infantil inclusiva e igualitária. Enfatizamos, desse modo, a importância de refletir sobre as presenças masculinas no desenvolvimento infantil e no processo de formação educacional.

## **METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)**

A pesquisa foi construída por meio de revisão narrativa na literatura científica relacionada ao tema, com o objetivo de comparar semelhanças e diferenças referentes à experiência de docentes homens nos diversos ambientes escolares infantis. Para tal finalidade, foram lidos 15 artigos na íntegra, dentre os anos de 2017 a 2021 (últimos 5 anos), em língua portuguesa, inglesa e espanhola, sobre a temática: educadores/professores homens na Educação Infantil. Para a composição dos dados foram realizadas pesquisas no Portal de Periódicos (CAPES), bem como a leitura de artigos que compõem o Dossiê: Professores Homens na Educação Infantil publicado em 2020 pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Os artigos pesquisados são, em sua maioria, produções do campo da Pedagogia, no entanto, também foram utilizados artigos da área da Psicologia. A análise considerou tanto a perspectiva nacional como internacional da problemática para aprofundamento do debate.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Atualmente no Brasil, apesar de haver uma crescente no número de professores do sexo masculino na EI, ainda é um número relativamente baixo, principalmente quando comparado à presença dos homens em outros cursos e profissões. Dados de 2014 apontam que apenas 19,94% dos professores na educação básica são homens (INEP, 2014), já dados do Censo Escolar de 2017 (INEP, 2017) mostram que de 557 mil docentes da Educação infantil apenas 3,4% são do sexo masculino. Essas informações revelam a presença ínfima desses profissionais nas instituições de ensino no âmbito nacional.

Ademais, a oferta por experiências práticas na área é extremamente reduzida, os homens que optam por se graduar em cursos relativos à EI comumente não encontram ofertas de estágios acadêmicos extracurriculares direcionados à área de cuidador ou auxiliar de sala. Bem como, a aceitação desses profissionais nas escolas é mínima, sendo vista com estranhamento. Aspectos estes que dificultam que os profissionais ou futuros educadores desenvolvam habilidades práticas, que compõem a dualidade do cuidar e educar voltado a crianças pequenas.

De maneira oposta, a conjuntura internacional tem se apresentado mais aberta para a atuação dos docentes homens, onde se encontra uma maior número de profissionais desse gênero atuando em creches ou jardins de infância, conforme coaduna Sousa e Silva (2020), tomando como exemplo países como a Suécia e a Nova Zelândia. (HEIKKILÄ, 2019).

### **Educação Infantil: Similaridades entre os contextos nacional e internacional**

Foram encontradas algumas semelhanças entre os contextos nacional e internacional relacionadas à presença dos educadores homens, no que diz respeito às desigualdades de gênero comuns ao Brasil e outras localidades pelo mundo.

Podemos mencionar, como enfatiza Cruickshank (2019), primeiramente, o medo e a preocupação direcionados à presença masculina na educação infantil, associados, sobretudo, à suspeita de que os homens seriam sempre possíveis abusadores de crianças. A presença masculina conforme explanado por Bello et all (2020), acaba por trazer, de maneira equivocada e preconceituosa, temor aos pais, às professoras e aos gestores escolares. Estes permanecem em vigilância em relação às práticas desses educadores que seriam indicativas de possíveis abusos, algo que não é direcionado às educadoras.

Segundo Fellipe (2006), os educadores homens que trabalham na EI, optam por modificar seus comportamentos de forma preventiva, como não ficar a sós com nenhuma criança, evitar contatos que possam ser mal interpretados e não participar da higienização do corpo infantil, no esforço de evitar possíveis desconfiças que poderiam ser levantadas por suas atitudes, já que normalmente essas atividades são delegadas até mesmo pela própria instituição à educadora mulher.

É necessário ressaltar que, tanto em âmbito nacional como internacional, as suspeitas de abuso infantil por parte dos educadores homens não se confirmam, sendo comprovado em diversos casos que as alegações dessa ordem não se sustentam, embora atuem na manutenção para preservar restrições e preconceitos em relação aos educadores.

Há várias discussões sobre o tema que também se referem às suspeitas relacionadas à orientação sexual de homens que se interessam em trabalhar neste segmento educacional, por esta não ser uma profissão que condiz com o modelo de masculinidade idealizada, ou masculinidade hegemônica (CONNELL; MESSERSCHMIDTI, 2013), e ser considerada uma prática feminina. Estes homens seriam, dessa maneira, necessariamente homossexuais e representantes de uma masculinidade subordinada por fazerem parte de um padrão desviante e inferior que causa mal-estar e estranhamentos.

Ademais, é perceptível o pouco interesse por parte das instituições públicas e privadas de educação infantil em ter docentes homens em seu quadro de funcionários, visto que a oferta e a procura por esse profissional é predominantemente inexistente.

### **Educação Infantil: Diferenças entre os contextos nacional e internacional**

Verificou-se que em âmbito internacional há políticas públicas de equidade de gênero que incentivam à maior adesão dos homens para se tornarem educadores infantis. As políticas estão inseridas tanto em propostas que tentam intervir na formação educacional desses educadores, promovendo incentivos para que essa adesão aumente cada vez mais, como também em propostas direcionadas a facilitar a permanência dos educadores na pré-escola ou jardim de infância.

Políticas públicas voltadas para a discussão de questões de gênero são importantes para que haja a desconstrução de estereótipos que cercam esses educadores. A inclusão desses debates no currículo dos cursos de formação de professores proporciona a criação de propostas inclusivas, que garantam a implementação adequada de novos requisitos para a prática docente, bem como para a construção de políticas educacionais sob essa perspectiva.

Em contrapartida, o cenário brasileiro, caracteriza-se pela ausência de leis e políticas públicas que promovam a inserção e a permanência dos homens na EI. Destacam-se, pelo contrário, Projetos de Lei atuais e em trâmite reivindicando que os cuidados relacionados à higienização das crianças sejam uma exclusividade das educadoras, algo que reforça exclusões e restrições para os homens educadores infantis. Enfatiza-se, portanto, a relação conflituosa entre concepções de gênero presentes nas diversas propostas de educação e a necessidade de ações que implementem de maneira adequada políticas em prol da equidade na Educação Infantil.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em suma, é notória a carência da presença de professores homens na Educação Infantil no contexto geral, assim como a necessidade da elaboração de políticas públicas e leis que sejam facilitadoras no processo de inserção desses profissionais. À abertura e transformação desse contexto implica na garantia de direitos, na desconstrução de práticas excludentes e restritivas na educação. Dessa forma, faz-se imprescindível a desconstrução de estereótipos de gênero e a problematização dessa temática, gerando reflexões e questionamentos sobre as normatividades instauradas. Em vista do exposto, deixamos a questão que nos mobiliza em aberto e disponível para reverberar reflexões: que masculinidades queremos construir enquanto sociedade?

**Palavras-chave:** Educadores Homens; Educação Infantil; Estudos de gênero; Equidade.

## REFERÊNCIAS

DE SOUSA, Ricardo Gonçalves; DA SILVA, Weslei Lopes. Profissionais de Educação Infantil na Suécia: limites e possibilidades de compartilhamento de tarefas entre homens e mulheres. **Zero-a-seis**, v. 22, n. 42, p. 341-366, 2020.

BELLO, Alexandre Toaldo; ZANETTE, Jaime Eduardo; FELIPE, Jane. O homem-professor na Educação Infantil e a produção da profissionalidade. **Zero-a-Seis**. Florianópolis: Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância-NUPEIN/CED/UFSC. Vol. 22, n. 42 (jul./dez. 2020), p. 558-579, 2020.

GARCÍA, Joaquín Ramos; CARVALHO, Maria de Fátima Gomes; SILVA, Alexander Ruiz. Professores homens na Educação Inicial: um estudo de caso em uma instituição de Educação Infantil colombiana. **Zero-a-seis**, v. 22, n. 42, p. 382-408, 2020.

HEDLIN, Maria; ÅBERG, Magnus; JOHANSSON, Caroline. Fun guy and possible perpetrator: an interview study of how men are positioned within early childhood education and care. **Education Inquiry**, v. 10, n. 2, p. 95-115, 2019.

v. 22 n. 42 (2020): Dossiê: Professores Homens na Educação Infantil: dilemas, tensões disputas e confluências. **Zero-a-Seis**. 2020.

CRUICKSHANK, Vaughan. Male primary teachers' fear and uncertainty surrounding physical contact. **Education** 3-13, v. 47, n. 2, p. 247-257, 2019.

SANTOS, Maria Helena; AMÂNCIO, Lígia. Gender dynamics in elementary school teaching: The advantages of men. **European Journal of Women's Studies**, v. 26, n. 2, p. 195-210, 2019.

HEIKKILÄ, Mia. Changing the gender balance in preschools: An analysis of active work carried out by seven Swedish municipalities. **Education Inquiry**, v. 10, n. 2, p. 134-150, 2019.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, p. 241-282, 2013.

JAEGER, Angelita Alice; JACQUES, Karine. Masculinidades e docência na educação infantil. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, p. 545-570, 2017.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 996.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar, 2019. Brasília: MEC, 2017.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Sinopses estatísticas da Educação Básica. Brasília, 2014.